

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.059 - RS (2019/0069770-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : MAURÍCIO DAL AGNOL  
**ADVOGADOS** : PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925  
RODRIGO TONIAL - RS063379  
PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377  
**RECORRIDO** : CLAUDIO CAMPONOGARA - SUCESSÃO  
**ADVOGADO** : BRUNO DA SILVA CORRÊA E OUTRO(S) - RS0084197  
**INTERES.** : ADELINA VERONICA B CAMPONOGARA  
**INTERES.** : CELSO BRONDANI CAMPONOGARA  
**INTERES.** : VERA INEZ BRONDANI CAMPONOGARA  
**INTERES.** : NILSON BRONDANI CAMPONOGARA  
**INTERES.** : ROSA ELENE BRONDANI CAMPONOGARA  
**INTERES.** : GILBERTO BRONDANI CAMPONOGARA  
**INTERES.** : TANIA MARIA CAMPONOGARA DOTTO  
**ADVOGADOS** : MÁRIO CHAVES - RS004641  
GEOVANI CEREZER - RS041527  
MARILIA DA SILVA CORREA - RS084156

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL** **MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO INDEVIDA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. TERMO FINAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. MINORAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRESCRIÇÃO. TERMO A *QUO*. TEORIA DA *ACTIO NATA*. ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O DESTA CORTE. VERBA CONTRATADA. OFENSA AOS ARTS. 676 DO CC E 22 E 23 DA LEI Nº 8.906/94. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF. TERMO INICIAL. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. DANOS MATERIAIS. REFORMA. ACOLHIMENTO. FLUÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL SOBRE OS QUAIS SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

**DECISÃO**

SUCESSÃO DE CLÁUDIO CAMPONOGARA, representado por Adelina Veronica Brondani Camponogara, Celso Brondani Camponogara, Vera Inez Brondani Camponogara, Nilson Brondani Camponogara, Rosa Elene Brondani Camponogara, Gilberto Brondani Camponogara, Tânia Maria Camponogara Dotto (SUCESSÃO DE CLÁUDIO) propôs ação contra MAURÍCIO DAL AGNOL (MAURÍCIO), visando a cobrança de valores depositados judicialmente e que não lhe foram repassados por MAURÍCIO, seu procurador nas ações movidas contra a Brasil Telecom. Pede, ainda, indenização pelos danos morais sofridos.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedentes os pedidos, para o fim de condenar MAURÍCIO ao pagamento de indenização por dano material à parte demandante correspondente a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), acrescidos de correção monetária pelo IGPM (FGV), a contar da data do levantamento de valores pelo procurador demandado, 20/7/2010, juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, bem como condená-lo ao pagamento de indenização por dano moral à parte autora, no importe de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigidos pelo IGP-M (FGV), a contar do trânsito em julgado da sentença. Considerando o princípio da sucumbência, SUCESSÃO DE CLÁUDIO foi condenada ao pagamento de 1/3 das custas processuais e honorários ao patrono da parte adversa, fixados em R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) e MAURÍCIO foi condenado, ainda, ao pagamento das custas remanescentes e honorários advocatícios do procurador da parte adversa, fixados em R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais). A exigibilidade foi suspensa em relação a parte autora por ser beneficiária da justiça gratuita (e-STJ, fls. 211/222).

O TJRS, por unanimidade, rejeitou as preliminares recursais e, no mérito, deu provimento, em parte, às apelações, com a seguinte ementa:

*APELAÇÕES CÍVEIS. MANDATOS. AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO TRIENAL REJEITADA. Incidência, na espécie, do disposto pelo art. 206, § 3º, inc. IV, do Código Civil. Termo inicial, no entanto, que somente pode ser computado a partir da inequívoca ciência da parte em relação ao ato ilícito praticado pelo procurador. Aplicação do princípio da actio nata. Hipótese, pois, em que não transcorrido o prazo trienal desde a ciência até a propositura da demanda. IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Milita em favor da impugnada presunção juris tantum, a qual, somente com prova robusta em*

# Superior Tribunal de Justiça

contrário, a cargo da outra parte, pode desaparecer. No caso concreto, a parte impugnante não se desincumbiu do ônus que era seu. Benefício mantido. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. Matéria já apreciada pelo juízo singular que acolheu parcialmente a irresignação do réu, inexistindo insurgência contra tal decisão. Art. 1.010 do CPC/15. O recurso deve conter os fundamentos de fato e de direito pelos quais pretende a reforma da decisão, contrapondo-se especificamente aos motivos nela expostos, sendo este requisito essencial ao conhecimento da irresignação. Impugnação rejeitada. MÉRITO. CASO CONCRETO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VALORES. Na hipótese em liça, restou incontroversa a apropriação indevida de proveito econômico decorrente de ação patrocinada pelo réu em nome da parte autora. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMOS INICIAL E FINAL. INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DO ART. 670 DO CÓDIGO CIVIL. O valor a ser devolvido deve ser acrescido de correção monetária e de juros de mora que devem fluir desde a data do saque do alvará até a data do efetivo pagamento. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVIDA. A conduta ilícita do mandatário acarretou indiscutível prejuízo ao cliente, justificando a condenação à reparação moral. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. MINORAÇÃO, NO CASO CONCRETO. Quantum indenizatório que deve atender adequadamente o objetivo de ressarcir os danos sofridos e penalizar a parte demandada, sem implicar, no entanto, enriquecimento indevido à parte autora. Precedentes. SUCUMBÊNCIA. Distribuição sucumbencial que deve observar o decaimento proporcional das partes. REJEITARAM AS PRELIMINARES RECURSAIS E, NO MÉRITO, DERAM PROVIMENTO, EM PARTE, AOS APELOS. UNÂNIME (e-STJ, fls. 397/398).

Os embargos de declaração opostos por MAURÍCIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 419/427).

Irresignado, MAURÍCIO interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 431/455), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 11, 189, 240, *caput*, 1.022, II, do NCPC, 189, 206, § 3º, IV e V, 405, 407, 676, 944 do CC, 22 e 23 da Lei nº 8.906/94, ao sustentar (1) a necessidade de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que lá sejam analisadas as teses levantadas nos embargos de declaração que opôs; (2) que o termo final de incidência dos juros e correção monetária deve ser a data do bloqueio de valores em suas contas, e não da data do efetivo pagamento; (3) que o dano moral deveria ter sido comprovado, uma vez que não se trata de dano moral *in re ipsa*. Ademais, o *quantum* indenizatório foi arbitrado de

# Superior Tribunal de Justiça

forma imoderada, devendo ser minorado; (4) que o prazo prescricional deve ser trienal, contado a partir da ciência da lesão, qual seja, quando do recebimento dos valores, que ocorreu no ano de 2010, tendo sido a presente demanda ajuizada apenas em 2015; (5) que deve ser paga a verba honorária contratada, considerando que os serviços foram prestados; (6) que o termo inicial da incidência dos juros moratórios, em relação aos danos materiais, deve se dar a partir da citação válida; e (7) divergência jurisprudencial, em relação ao termo final de incidência dos juros e correção monetária.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 461/468).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 469/473).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irrisignação comporta acolhimento, na parte conhecida.

(1) Da alegada necessidade de retorno dos autos ao TJRS por ofensa ao art. 1.022 do NCPC

No que se refere a violação do art. 1.022 do NCPC, MAURÍCIO alegou genericamente a ofensa ao citado artigo, sem demonstrar de que forma houve a vulneração ao referido dispositivo, sem indicar quais pontos do acórdão foram omissos, contraditórios ou obscuros, como se pode observar dos trechos extraídos do recurso especial por ele interposto:

*Diz o artigo 1.022, II do novo CPC que caberão embargos de declaração quando o acórdão ou sentença tiver omitido ponto que o juiz ou tribunal deveriam ter se pronunciado. No caso da lide, a parte Recorrente, junto aos Embargos de Declaração, apontou vários aspectos e diplomas legais que denotam que a demanda não havia sido devidamente analisada. Quanto à prescrição, não*

# Superior Tribunal de Justiça

houve manifestação do Egrégio Tribunal de Justiça, apesar de agitada a matéria, acerca do disposto nos arts. 206, § 3º, incisos V e IV do Código Civil. Portanto, a decisão recorrida infringe o disposto no art. 206 do Código Civil. Ocorre que os Eméritos Desembargadores ficaram silentes quanto aos dispositivos EXPRESSAMENTE agitados pela parte Recorrente. Destarte a decisão merece reforma, pois nega vigência ao disposto nos arts. supra citados, bem como contraria o entendimento do STJ. Efetivamente, a parte Recorrente buscou suprir as omissões do acórdão, conforme preceitua o art. artigo 1.022, II do novo CPC. Veja-se que a parte não pretendia um reexame de aspectos sobre os quais o tribunal já havia se manifestado, mas sim, queria uma manifestação clara sobre algo que justamente o Tribunal, junto ao acórdão, havia se OMITIDO. O desiderato da parte Recorrente é no sentido de que o Tribunal fundamentasse sua de decisão de forma legal, oportunizando o Recurso Especial. [...] Veja-se que as disposições da Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. XXXVI, SÃO NORMAS LEGAIS DE ORDEM PÚBLICA, cujo juízo deveria, ex officio, pronunciar-se, e, com mais razão após ser incitado, tanto no recurso de apelação, como nos embargos de declaração. Omitindo-se o tribunal e permanecendo em tal estado apesar dos embargos declaratórios/pre-questionadores, HÁ, pois VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CÓDIGO DA PROCESSO CIVIL, Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 (correspondente ao artigo 1.022; II do novo CPC). Aí que entra a necessidade de manifestação do Sr. Desembargador-Relator, posto que: mesmo não tendo obrigação de contraditar todos os argumentos, TEM OBRIGAÇÃO DE SE MANIFESTAR quando o fundamento suscitado "... **tem influência no resultado do julgamento.**" Sabendo-se, pois, disso, temos que "Se o acórdão omitiu ponto sobre que 'devia pronunciar-se o tribunal, o órgão julgador, quando provocado por embargos de declaração, há de emitir pronunciamento, de modo explícito. Caso em que se reconhece a nulidade, para que outro acórdão seja proferido, com o esclarecimento da omissão" (RSTJ 104/254). No mesmo sentido: RSTJ-Bol AASP 1.913/269. Como se não bastasse isso, a omissão, nos termos em que se configurou, ou seja, tendo sido o Tribunal "a quo" omisso com relação as teses por ocasião do julgamento e tendd mantido sua omissão ou obscuridade por ocasião dos embargos de declaração, FECHOU AS PORTAS, à parte Recorrente, do alcance da via Especial. Veja-se que o acórdão dos embargos declaratórios/pre-questionadores da Colenda Câmara Cível esboçou o entendimento de que não tinha que se pronunciar sobre "dispositivos legais trazidos pela embargante, à medida que reconheceu correto" o procedimento da recorrida. Ora, se a fundamentação do acórdão, ou seja, as razões de decidir devem abarcar todas as teses de direito e, o tribunal omite-se em tal ponto, inclusive para inviabilizar. À proposição

# Superior Tribunal de Justiça

do recurso especial. Ora, se uma tese somente pode ser apreciada em sede de recurso especial se a questão foi apreciada pelo tribunal "a quo" (prequestionamento - súmula 211), então imprescindível que haja tal pronunciamento, se não por bem, em sua regular época, então por mal, através da declaração de nulidade do acórdão e do proferimento de um novo. Veja-se: Neste caso, o recurso especial deve ser conhecido e provido, para que outro acórdão seja proferido pelo tribunal de origem, com esclarecimento da questão que este deixou de apreciar (STJ - Bol AASP 1.913/269; STJ 3ª Turma, Resp 29.917 -6 -RJ, rel. Min. Dias Trindade, j. 16.12.92, deram provimento, v.u., DJU 1.3.93, p. 2.514; STJ - Turma, Resp 7.587 -0 -SP, rel. Min. Cesar Rocha, j. 23.6.93, deram provimento, v.u., DJU 16.8.93, p. 15.956) Serve-se a parte Recorrente do presente Recurso Especial para ver declarada a nulidade do acórdão proferido já que nulo pela violação do artigo artigo 1.022, II do novo CPC como primeiro ponto, já que carentes os acórdãos da Apelação Cível nº 70078011343 e dos Embargos Pre-questionadores nº 70079298451 de fundamentação necessária e imprescindível para o alcance do recurso especial (prequestionamento) tendo em vista a omissão flagrante no primeiro pronunciamento e a permanência da mesma, no segundo o que retirou o direito constitucional ao alcance de tal via (art. 105, III, "a" da CF) tendo em vista tal negativa de vigência do art. artigo 1.022, II do novo CPC, pela permanência do acórdão na omissão frente aos dispositivos legais suscitados (e-STJ, fls. 434/436 – com destaques no original)

Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial, porquanto não permite a exata compreensão da controvérsia, incidindo, pois, à espécie, o óbice da Súmula nº 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. MANIFESTAÇÃO SOBRE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. PREMISSA DE FATO FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

**1. Não há como acolher a violação ao art. 535 do CPC/1973, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, o enunciado**

# Superior Tribunal de Justiça

*sumular n. 284 do STF, por analogia.*

[...]

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 771.095/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/8/2016, DJe 30/8/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CHAMAMENTO AO PROCESSO. OPORTUNIDADE PRECLUSA. NÃO CABIMENTO EM 2º GRAU DE JURISDIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA Nº 283/STF. LEGITIMIDADE PASSIVA E VALOR INDENIZATÓRIO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 721.195/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/9/2016, DJe 21/9/2016 - sem destaque no original)

## **(2) Do termo final de incidência dos juros e correção monetária**

Quanto ao termo final de incidência da correção monetária, o TJRS concluiu que *o termo final das mesmas rubricas, a seu tempo, deve ser a data do pagamento à parte autora, pois eventual acolhimento do pedido de limitação ao dia em que bloqueados os bens do réu nos autos da ação cautelar nº 021/1.14.0009933-3 (setembro de 2014) implicaria em propiciar ao réu que se beneficiasse da própria torpeza, o que não pode ser admitido* (e-STJ, fls. 404/405).

MAURICIO pleiteou a incidência dos juros e atualização sobre o montante da condenação até a data do bloqueio dos valores em suas contas para garantia de eventual condenação nesta demanda, porém não indicou o dispositivo da legislação infraconstitucional que teria sido violado.

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto a necessidade de indicação dos artigos violados.

Neste passo, ante a ausência da demonstração da ofensa a legislação federal pelo acórdão recorrido, incide à hipótese a Súmula nº 284 do STF, por analogia.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

[...]

3. O recurso especial fundamentado em dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Assim, se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF, a inviabilizar o conhecimento do recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 921.402/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 4/10/16, DJe 18/10/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 467, 471 E 475-L, V, DO CPC/1973 E DO ART. 170, § 1º, DA LEI 6.404/76 E DA SÚMULA 371/STJ. DIVIDENDOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. VIOLAÇÃO DE ENUNCIADO DE SÚMULA. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 518/STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMUTABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 960.825/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 21/3/2017, DJe 7/4/2017 – sem destaque no original)

### (3) Do dano moral e da minoração do quantum indenizatório

Quanto a configuração do dano moral e a minoração do quantum indenizatório, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul concluiu que:

*Relativamente à reparação por danos morais, tenho que a privação do numerário, como se deu no caso concreto, vai além do mero descumprimento contratual. O réu, na condição de*



# Superior Tribunal de Justiça

*mandatário, impôs à autora, então mandante, a impossibilidade de usar de seu dinheiro como bem lhe aprouvesse, impediu-a de melhorar as condições de vida, tudo isto representando ofensa a direito de personalidade, que gera o dano moral e autoriza a compensação financeira. Essa lesão efetivamente se caracteriza in re ipsa, prescindindo de prova do resultado, bastando que esteja provada, como está nestes autos, a apropriação indevida. Assim sendo, o ato praticado pelo requerido, que deixou de repassar o proveito econômico decorrente da ação em que atuou em nome da autora, retendo a quantia sem qualquer motivo, justifica a condenação indenizatória. Considerando os fatos acima relacionados, somados à necessidade de a autora postular em juízo para buscar quantia que lhe pertence, resta claro que o ato praticado pelo demandado acabou por gerar dano que extrapola o mero dissabor decorrente das relações sociais. Tal fato, definitivamente, materializou dano extrapatrimonial passível de condenação indenizatória. **Demonstrado nos autos o ato ilícito, o nexo causal e os danos sofridos, a autora faz jus à indenização.** Em relação à quantificação do dano, cabe ao julgador, de acordo com seu prudente arbítrio, observando a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estabelecer uma quantia a título de quantum indenizatório. Neste, interferem o ambiente de interação social dos sujeitos, as particularidades do objeto, os requisitos de atividade, tais como o lugar, o tempo e a forma, bem como os efeitos jurídicos e econômicos. **No caso em espécie e considerados precedentes análogos julgados por esta Colenda Câmara, entendo por adequada a redução da indenização por danos morais para o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia que atende adequada e razoavelmente o fim a que se destina, tanto reparando os danos sofridos quanto punindo o causador de tais danos, sem causar enriquecimento ilícito da parte lesada ou implicar em punição irrisória ao ofensor** (e-STJ, fls. 405/406).*

Como é cediço, a lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que, entretanto, deve ter assento na regra do art. 944 do CC. Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

Dessa forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no contexto fático-probatório acostado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante.

Na espécie, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixado pelas

instâncias ordinárias para a indenização pelos danos morais sofridos por CLÁUDIO, não se mostra exorbitante, nem escapa à razoabilidade, a justificar a excepcional intervenção desta Corte.

Dessarte, para se elidir as conclusões do aresto impugnado, a fim de reconhecer a inexistência de ato ilícito, bem como para reformar o valor da indenização fixada, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte.

**(4) Da prescrição e da *actio nata***

No que se refere a prescrição, o Tribunal Gaúcho concluiu que o prazo aplicável ao caso concreto é o trienal, e que o termo inicial da contagem é a data em que a parte teve ciência inequívoca da retenção indevida, o que somente ocorreu a partir da deflagração da "Operação Carmelina", em fevereiro de 2014, nos seguintes termos:

*Inicialmente, analiso a preliminar de prescrição trienal suscitada pelo réu em suas razões recursais, rejeitando-a. Quanto ao lapso temporal, tenho entendido que incide em casos como dos autos o prazo prescricional de três anos, expressamente previsto no artigo 206, § 3º, inc. IV, do Código Civil, qual seja, pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa. Contudo, não há como contabilizar o marco inicial do prazo a partir do levantamento dos alvarás ou do recebimento de valores pela autora, porque o prazo prescricional somente tem início na data da inequívoca ciência da parte com relação ao ato ilícito praticado pelo procurador. Esta Câmara tem entendido, em casos análogos, que a ciência do ato ilícito cometido pelo procurador ora demandado ocorreu apenas quando da divulgação pela imprensa de operações da Polícia Federal, em 21 de fevereiro de 2014 - fato notório - em aplicação ao princípio da actio nata. As notícias na mídia, sabidamente, envolvendo o nome do procurador Maurício Dal Agnol foram amplamente divulgadas no mês de fevereiro de 2014 e a presente ação foi proposta em 06.11.2015 (fl. 02), ou seja, aproximadamente um ano e nove meses após a ciência das imputações de apropriações indevidas efetivadas pelo procurador e avaliação, pela parte autora, de seu caso concreto. Reforço que, na presente hipótese, não há nenhuma prova específica a assegurar que a parte autora tenha tomado conhecimento dos fatos antes da divulgação na mídia das alegadas apropriações indevidas realizadas pelo advogado réu. Ademais, quando da prestação de contas, parte-se de premissa de que o cliente confiava no procurador constituído e, a partir da ciência da reputação do requerido diante das investigações realizadas*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pela Polícia Federal é que ocorreu a ruptura do princípio da confiança inerente àquela relação. Portanto, ainda que aplicável o prazo prescricional trienal, no caso, tenho que o marco inicial de seu cômputo se dá em 21.02.2014, razão por que não está prescrita a pretensão diante do ajuizamento da ação em 06.11.2015 (fl. 02) (e-STJ, fls. 400/401 – sem destaques no original)*

Pelo que se vê, o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com o desta Corte, no sentido de que o início do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá necessariamente quando da ocorrência da lesão, mas sim quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de sua extensão.

Assim, considerando que a ação foi proposta aos 6/11/2015, não há que se falar na ocorrência da prescrição.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados :

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA. [...]*

***2. Por aplicação da teoria da actio nata, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.***

***3. Agravo interno não provido.***

(AgInt no AREsp 982.198/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 14/2/2017, DJe 21/2/2017 – sem destaque no original)

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.*

***1. Por aplicação da teoria da actio nata, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 639.598/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 3/2/2017 – sem destaque no original)

*RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. CLÁUSULA DE SUCESSO. REVOGAÇÃO DO MANDATO ANTES DE CONFIGURADA A CONDIÇÃO ESTIPULADA PELAS PARTES PARA PAGAMENTO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. RECURSO PROVIDO.*

*1. A contagem de prazos para se aferir eventual ocorrência de prescrição deve observar o princípio da actio nata, que orienta somente iniciar o fluxo do lapso prescricional se existir pretensão exercitável por parte daquele que suportará os efeitos do fenômeno extintivo. É o que se extrai da disposição contida no art. 189 da lei material civil.*

[...]

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 805.151/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 12/8/2014, DJe 28/4/2015 – sem destaque no original)

## **(5) Da verba honorária contratada**

No que se refere a violação dos arts. 676 do CC e 22 e 23 da Lei nº 8.906/94, tem-se que as matérias não foram objeto de debate pelo Tribunal Gaúcho, tampouco foram opostos embargos de declaração, especificamente, a fim de que fosse suprida a exigência do prequestionamento.

Assim, inafastável, a incidência das Súmulas nºs 282 e 356, ambas do STF.

A propósito, confirmam-se os julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO IMPROVIDO.*

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 22/9/2015, DJe 9/10/2015 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO TEMPO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 302/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados impede o conhecimento do recurso especial quanto ao ponto (enunciados 282 e 356 da Súmula do STF).

[...].

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 741.927/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 17/9/2015, DJe 28/9/2015 - sem destaque no original)

(6) Do termo inicial da incidência dos juros moratórios, em relação aos danos materiais

No que se refere ao termo inicial dos juros de mora, em relação aos danos materiais, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul concluiu que devem incidir os juros desde o momento em que o dinheiro foi sacado, pois nesse momento é que se verificou o abuso do mandatário.

MAURÍCIO, por sua vez, sustentou que os juros de mora deveriam incidir, quanto a condenação por danos materiais, a partir da citação válida.

Pelo que se deduz dos autos, o entendimento do acórdão recorrido mostra-se dissonante do desta Corte, no sentido de que os juros moratórios são contados da data da respectiva citação, por se tratar de responsabilidade contratual.

Assim, deve ser acolhido o pleito de MAURÍCIO para que os juros de mora incidentes sobre os danos materiais sejam contados, a partir da respectiva citação.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. ABUSO DE MANDATO. EXCESSO DE CONDENAÇÃO. SÚMULAS 05 E 07/STJ. JUROS DE MORA E TAXA SELIC. PRECEDENTES.

# Superior Tribunal de Justiça

TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 07/STJ.

[...]

5. O termo inicial dos juros moratórios deve ser determinado a partir da natureza da relação jurídica mantida entre as partes.

6. No caso, tratando-se de mandato, a relação jurídica tem natureza contratual, sendo o termo inicial dos juros moratórios a data da citação (art. 405 do CC).

[...]

12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1.403.005/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 6/4/2017, DJe 11/4/2017 – sem destaques no original)

(7) Da divergência jurisprudencial, em relação ao termo final de incidência dos juros e correção monetária

O dissídio jurisprudencial não pode ser conhecido porque em relação ao termo final de incidência dos juros e correção monetária, a argumentação mostrou-se deficiente, já que não houve a indicação de dispositivos de lei federal sobre os quais a interpretação teria sido divergente pelos tribunais, o que atrai a aplicabilidade da Súmula nº 284 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária, ainda que o recurso seja interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional, caracteriza deficiência na fundamentação, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF. Precedentes: AgRg no REsp 1.286.832/RJ, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/03/2016; AgRg no AREsp 733.353/RS, Rel. Min. Rogério Schietti, Sexta Turma, REsp 1.557.802/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 02/02/2016; AgRg no AREsp 570.294/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 18/09/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.576.110/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, j. 27/9/2016, DJe 7/10/2016 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

# Superior Tribunal de Justiça

*ESPECIAL. ALÍNEAS "A" E "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF.*

*1. Em relação à alínea "a", a alegação genérica, sem a particularização dos dispositivos legais eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento deste STJ, atraindo a incidência, ao caso, da Súmula 284/STF.*

*2. Quanto à alínea "c", a ausência de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - teriam dado interpretação discrepante consubstancia deficiência bastante a inviabilizar a abertura da instância especial, também atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do STF.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.*

(AgRg no AREsp 675.968/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/4/2015, DJe 17/4/2015 – sem destaque no original)

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO**, para o fim de determinar que os juros de mora incidentes sobre os danos materiais sejam contados a partir da respectiva citação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator